

**EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.083 - SP
(2019/0343838-4)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : EDSON ALVES PEIXOTO
ADVOGADOS : CLÉSCIO CÉSAR GALVÃO E OUTRO(S) - MG097535
DAMARIS CARVALHO DE OLIVEIRA - MG154750
EMBARGADO : MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A
ADVOGADOS : TATIANA SILVA ALVIM - RJ172580
GABRIELLA BALTHAR LOPES - RJ167697
KEILA CHRISTIAN ZANATTA MANANGÃO RODRIGUES -
SP327408
PRISCILLA AKEMI OSHIRO E OUTRO(S) - SP304931

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por Edson Alves Peixoto à decisão proferida por esta relatoria nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 3.806):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM INDENIZATÓRIA E COBRANÇA. 1. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECLAMO. 2. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADA. 3. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. 4. INCIDÊNCIA DO INSTITUTO DA *SUPPRESSIO* E DA FALTA DE IMPUGNAÇÃO DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS NA INICIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. 5. PRETENSÃO FUNDADA EM RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL DO STJ. 6. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 7. AGRADO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL DE **EDSON ALVES PEIXOTO** E, NESSA EXTENSÃO, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO.

Sustenta o embargante existência de omissão na decisão embargada,

porquanto em relação à falta de prequestionamento indica que houve manifestação expressa do Tribunal de origem acerca da ausência de impugnação oportuna dos documentos anexados à inicial, culminando com a veracidade destes.

Aduz ainda que, concernente à majoração dos honorários sucumbenciais para o percentual de 10% do valor da causa, o pedido recursal foi pautado em alegação de contrarrazões, o que não se mostra possível nos termos dos arts. 1.000, parágrafo único, e 1.003, § 3º, do CPC/2015. Isso porque, quando da prolação da sentença, a embargada se manteve inerte sobre a fixação dos ônus sucumbenciais, deixando de manejar recurso de apelação contra essa decisão.

A impugnação foi apresentada às fls. 3.830-3.839 (e-STJ), na qual a parte embargada pede a condenação do embargante ao pagamento das multas previstas nos arts. 80 e 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Brevemente relatado, decido.

Os embargos de declaração são cabíveis quando existir no julgado omissão, contradição, obscuridade ou, ainda, erro material, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

Dito isso, no tocante à alegação de que o Tribunal de origem se manifestou acerca da *supressio* e da falta de impugnação dos documentos acostados na inicial, consta do acórdão recorrido o seguinte (e-STJ, fl. 3.271):

No tocante à alegação de presunção de veracidade dos documentos acostados com a inicial, ante a ausência de impugnação, tal alegação em nada altera o deslinde do feito.

Isso porque, não se discute a validade dos documentos apresentados, mas sim se o autor faz jus às remunerações requeridas na inicial.

Da leitura dos trechos acima, observa-se que não houve debate acerca da presunção de veracidade dos documentos do ponto de vista da *supressio* e do art. 412 do Código Civil, haja vista que a conclusão do Tribunal estadual se deu única e exclusivamente com base no fato de que, essas alegações em nada alteram o deslinde do feito. Isso porque o debate remete às remunerações requeridas na inicial, e não à validade dos documentos, não havendo, portanto, o devido prequestionamento, apesar da oposição de embargos de declaração, o que atrai o óbice das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ.

Ademais, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a falta de prequestionamento impede o conhecimento do recurso lastreado, também, na alínea *c* do permissivo constitucional.

Outrossim, ainda que ultrapassado esse óbice, a revisão do acórdão recorrido com base nas alegações apontadas pelo embargante demandaria o revolvimento de elementos fático-probatórios dos autos, o que não se mostra possível nesta esfera recursal, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.

Ademais, preliminarmente, foi esclarecido, na decisão que deferiu o recurso especial interposto pela parte ora embargada (fls. 3.801-3.805, e-STJ), que não se mostra cabível o argumento apresentado por Edson Alves Peixoto acerca da preclusão do tema dos honorários sucumbenciais, na medida em que se observa das contrarrazões ao recurso de apelação às fls. 3.240-3.241 (e-STJ) o inconformismo de Mitsui Sumitomo Seguros S.A. com o arbitramento dos honorários advocatícios pelo Magistrado, além de ter havido no acórdão impugnado pronunciamento expresso do TJSP sobre o tema à fl. 3.276 (e-STJ), estando preenchido, portanto, o requisito de recorribilidade recursal da parte embargada.

Desse modo, a decisão embargada não possui vício a ser sanado por meio dos embargos de declaração, apenas se constata o nítido intuito modificativo da parte embargante, medida inadmissível nesta espécie recursal.

Evidente, portanto, a impossibilidade de acolhimento dos presentes aclaratórios, pois devidamente motivada a decisão, além de não ter sido demonstrada a ocorrência de nenhuma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

Quanto ao pleito para aplicação da multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, constata-se que não está configurado o manifesto propósito protelatório capaz

Superior Tribunal de Justiça

de ensejar a aplicação da sanção.

Por fim, destaca-se que a interposição de recursos cabíveis não implica "em litigância de má-fé nem ato atentatório à dignidade da justiça, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem alegação de fundamento novo" (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.333.425/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe 4/12/2012).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator